

PREFEITURAS DEVEM SE UNIR CONTRA DEMARCAÇÃO

Amunes diz que é preciso reagir contra imposição da União

✎ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Os prefeitos das cidades que vão ser alvo de novas demarcações de áreas de marinha – um total de 15 no Estado, incluindo Vila Velha –, devem “agir e impor sua autoridade de gestor do território municipal”. A orientação é de Dalton Perim, presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes).

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo informações antecipadas ontem por A GAZETA, vai demarcar áreas de marinha em 15 cidades capixabas. Além de Vila Velha, cujo processo tentaram iniciar esta semana, para o próximo ano já está previsto o início dos trabalhos em São Mateus, onde a expectativa é de traçar 50 quilômetros de linha.

O projeto faz parte do Plano Nacional de Caracterização, que prevê a demarcação de todas as áreas que pertencem a União – terrenos e acréscimos de marinha – no país.

RESPEITO

Segundo o presidente da Amunes, os municípios precisam ser respeitados e a eles a União não pode impor regras sem respeitar o direito de posse das cidades. “Quem administra e faz as benfeitorias é o



Em Vila Velha, a União quer demarcar terrenos de marinha localizados da foz do Canal da Costa até a divisa com Guarapari

município e numa situação como esta tem sim o direito de se manifestar. Não vivemos em uma ditadura”, destaca.

Ele avalia como correta a atitude do prefeito Rodney Miranda, que suspendeu a realização das audiências públicas que a União faria em Vila Velha, ao não permitir que o evento ocorresse em seus prédios públicos. Na última quarta, inclusive, a Procuradoria do município recorreu à Justiça pedindo a suspensão do pro-

cesso de demarcação de áreas da União na cidade.

O argumento é de que a demarcação de áreas prejudica o município, a população e todo o trabalho de reformulação do Plano Diretor Municipal (PDM), que propõe um novo uso e gestão do solo urbano. “A SPU vem se esquivando da ampla defesa, e inviabilizando a efetiva participação popular e da administração pública na ocupação e utilização do solo, com reflexos negativos na economia municipal e na segurança jurí-

O VAI E VEM

DEMARCAÇÃO

▼ Vila Velha

A Secretaria de Patrimônio (SPU) convoca duas audiências públicas para iniciar a demarcação de áreas de marinha na cidade.

APÓS REVOLTA

▼ Suspensão

As associações de moradores se revoltam e ameaçam recorrer à Justiça. O prefeito da cidade suspende a cessão

dos imóveis - Titanic e escola na Barra do Jucu – para a realização dos eventos e impede a realização das audiências.

AÇÃO DA BANCADA

▼ Ministro cede

Deputados e senadores se reúnem com ministro do Planejamento Dyogo Oliveira e pedem a suspensão da demarcação. Ele promete decisão para a próxima semana, mas sinaliza que irá suspender.

dica”, diz o texto da ação.

No próximo dia 6 os prefeitos vão se reunir e Perim estima que este assunto será abordado. Ele propõe até a criação de uma diretoria na Amunes destinada a cuidar dos interesses das 15 cidades que vão ser alvo de demarcações do Patrimônio da União. “Juntos poderão se fortalecer e contar com o apoio da Amunes e ter melhores condições de fazer o enfrentamento a este tipo de imposição”, explicou.

Quatro projetos no Congresso propõem o fim das áreas de marinha

✎ Quatro Propostas de Emenda à Constituição (PECs) tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados propondo o fim das áreas de marinha no país. Duas estão prontas para irem a votação.

Uma delas, a PEC 39, está na Câmara e já conta com relatório final, segundo o deputado Lelo Coimbra. Mas para garantir a sua viabilidade, explica, uma comissão de deputa-

dos está discutindo o tema com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

A preocupação do ministro, segundo Coimbra, é com a destinação dos imóveis. Algumas áreas, como a ambiental, as áreas de segurança, a portuária, já está acertado que permanecem com a União. “As discussões apontam que os grandes empreendimentos privados em áreas de marinha também devem

permanecer como áreas da União”, relata.

IMÓVEIS CAROS

Uma dificuldade reside com os imóveis privados, de donos com poder aquisitivo maior, e para os quais ainda não há consenso. A população com renda de até cinco salários mínimos é isenta das taxas. “Nossa proposta é acabar com as áreas de marinha, mas temos que construir um texto de nego-

ciação, fruto de um acordo”, assinala o deputado.

No Senado tramitam outras três PECs. O senador Ricardo Ferraço é autor de uma delas e relator das outras duas. Todas propõem, com pequenas diferenças, o fim das áreas de marinha e a transferência dos imóveis para Estados, municípios e seus proprietários. “Este instituto de terreno de marinha precisa acabar e

este é o objetivo das propostas”, assinala Ferraço.

ADIAMENTO

Nas duas casas a votação das propostas fica para o próximo ano. Até lá, senadores e deputados capixabas continuam insistindo com o ministro para evitar as novas demarcações. “Pedimos que fossem suspensos os novos processos enquanto tramitam os projetos e ele se comprometeu a reduzir o

ritmo”, disse Coimbra.

Ferraço disse estar otimista com a resposta do ministro na próxima semana. “Tem que ter uma solução para o problema e o ministro concorda.” Em nota, o Ministério do Planejamento confirma a reunião com a bancada e informa que “ficou acertado um novo encontro entre estas autoridades, previsto para a próxima semana, para definir medidas a serem adotadas”.